

Turismo de memória enquanto prática social de rememoração dos patrimônios sensíveis: possibilidades para a preservação da memória de Bento Rodrigues, Minas Gerais

Memory Tourism as a Social Practice of Remembrance of Sensitive Heritage: possibilities for the preservation of the memory of Bento Rodrigues, Minas Gerais

Gabriela Maria de Lana Pinto
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
gabriela.lana98@gmail.com



Kerley dos Santos Alves
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
kerley@ufop.edu.br

Solano de Souza Braga
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
solano@ufop.edu.br

RESUMO

A emergência de novas perspectivas sobre o patrimônio tem suas raízes nos acontecimentos do século XX. As vivências das ditaduras cívico-militares, o Holocausto, os crimes coloniais e os impactos das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki impuseram à sociedade contemporânea a demanda e o desafio de transformar locais associados a eventos traumáticos em espaços de memória e turismo. Essa transformação visa alertar e politizar a sociedade, além de buscar justiça memorial às vítimas desses eventos. Nesse contexto, este estudo se concentra em um dos maiores crimes socioambientais recentes do Brasil: a queda da barragem do Fundão, em 5 de novembro de 2015, no subdistrito de Bento Rodrigues, localizado no distrito de Santa Rita Durão em



Mariana, MG. Por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental do Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues e as 80 edições do jornal 'A Sirene', este artigo busca compreender se a modalidade de turismo de memória pode contribuir com a narrativa das vítimas, especialmente no que tange à consciência política social, compreendendo ainda as possibilidades de preservação dos vestígios arqueológicos a partir das práticas comunitárias como o Museu das Remoções no Rio de Janeiro em contraponto às propostas verticalizadas de preservação do patrimônio para o contexto de desterritorialização da comunidade de Bento Rodrigues.

Palavras-chave: Turismo de Memória; patrimônios sensíveis; identidade; memória; Bento Rodrigues.

ABSTRACT

The emergence of new perspectives on heritage has its roots in the events of the 20th century. The experiences of civic-military dictatorships, the Holocaust, colonial crimes, and the impacts of the atomic bombs on Hiroshima and Nagasaki imposed on contemporary society the demand and challenge of transforming places associated with traumatic events into spaces of memory and tourism. This transformation aims to raise awareness and politicize society, while also seeking memorial justice for the victims of these events. In this context, this study focuses on one of the most significant socio-environmental crimes in recent Brazilian history: the collapse of the Fundão dam on November 5, 2015, in the subdistrict of Bento Rodrigues, located in the district of Santa Rita Durão in Mariana, MG. Through a bibliographic review and documentary research on the Bento Rodrigues Heritage Dossier and the 80 editions of the newspaper Sirene, this article seeks to understand whether the memory tourism modality can contribute to the victims' narrative, especially regarding social political awareness, while also exploring the possibilities of preserving archaeological remnants through community practices, such as the Museum of Removals in Rio de Janeiro, in contrast to top-down heritage preservation proposals in the context of Bento Rodrigues' community displacement. This work was carried out with the support of the Minas Gerais State Research Support Foundation (FAPEMIG) – Call 013/2023 – Collective participation in scientific events in the country and is part of the PIBIC/CNPq-2024/25-DETUR project. We thank PPGTURPATRI and UFOP.

Keywords: Memory Tourism; sensitive heritage; identity; memory; Bento Rodrigues.



1 INTRODUÇÃO

O conceito de patrimônio sensível está profundamente ligado às novas concepções contemporâneas de patrimônio (Sampaio, Carsalade & Pessoa, 2023). Termos como “patrimônio de sofrimento”, “patrimônio da dor” e “patrimônios dissonantes” também se correlacionam. Esses “novos patrimônios”, conforme destaca Poulot (2012), estão associados a sítios históricos marcados por dor e sofrimento, frequentemente relacionados a eventos traumáticos.

Historicamente, o conceito de patrimônio esteve atrelado à rememoração de momentos heroicos, visando à construção de uma identidade nacional. Contudo, os eventos marcantes do século XX, que resultaram em mortes em massa, impulsionaram uma reflexão mais ampla sobre as atrocidades cometidas por seres humanos contra outros seres humanos. Nesse contexto, avanços tecnológicos e a globalização contribuíram para expor globalmente arbitrariedades cometidas por governos e grupos específicos, assim como violações sistemáticas aos direitos humanos. Esses acontecimentos demandaram uma resposta da comunidade internacional, culminando na criação da UNESCO em 1946, uma organização pós-guerra com a missão de promover a paz por meio de iniciativas educacionais e culturais (Marchi, 2019).

Entre as ações da UNESCO, destaca-se a Lista de Patrimônio Mundial, que introduz a ideia de patrimônios a serem preservados por toda a humanidade, ampliando, assim, o conceito de patrimônio para além das narrativas nacionalistas. Essa lista inclui sítios categorizados como patrimônios sensíveis, como a Ilha de Gorée, no Senegal (1978), os campos de concentração de Auschwitz-Birkenau (1979), a Catedral da Bomba Atômica de Hiroshima (1996), Robben Island, na África do Sul (1999), e o Cais do Valongo, no Brasil, reconhecido em 2017 por sua importância para a memória da escravidão e da comunidade negra (Lima, 2018). Esses locais ampliam as



possibilidades de diálogo e aprendizado, permitindo aos visitantes refletirem sobre a dor e a história por meio da conscientização. Exemplos como o Memorial da Resistência, em São Paulo (Ogawa & Moreira, 2020), e o Museu da Loucura, em Barbacena (Pinheiro & Chimin, 2023), demonstram como patrimônios sensíveis podem transmitir valores éticos e pedagógicos. Esses espaços promovem uma compreensão crítica do passado, servindo como instrumentos para educação e reflexão coletiva.

No âmbito do turismo de memória, após a Primeira Guerra Mundial, os campos de batalha tornaram-se locais de peregrinação, marcando o início dessa prática (Vázquez & Cerdan, 2018). Já nos anos 1970, a valorização das memórias e a criação de locais associados ao sofrimento consolidaram o turismo de memória como um mecanismo de transmissão de valores e desenvolvimento territorial. Esse crescente interesse global exige ferramentas interpretativas que não apenas expliquem os eventos históricos, mas também engajem os visitantes de forma ética e significativa.

Segundo Lefort e Chevalier (2021), o turismo de memória opera em um campo de tensões, privilegiando memórias coletivamente aceitas enquanto outras permanecem marginalizadas. Além disso, atua como um agente ativo na produção e transmissão de narrativas, sincronizando-as com as demandas e contextos contemporâneos.

Para Sartori (2022), o turismo ao ser ancorar nas questões referente à memória sem perspectiva crítica pode reforçar relações de poder e contribuir para uma interpretação do patrimônio que não seja equivalente ao contexto ao qual o turista está envolvido. Já para Navajas (2024), a principal problemática que se insere no uso dos lugares de memórias traumáticas pelo turismo, não se traduz em sua mercantilização em si, mas no fato de que o que é mercantilizado são elementos intangíveis como a democracia os direitos civis, justiça dentre outros aspectos.

Nesse sentido, Guixé (2008), citado por Vázquez (2017), aponta que o turismo de memória deve estabelecer uma conexão entre os locais e o



presente, evitando abordagens superficiais ou comercializações que banalizem o passado. É essencial manter uma orientação pedagógica que previna a estetização excessiva dos horrores, e é necessária uma vigilância constante para equilibrar a memória coletiva do sofrimento com a preservação da integridade dos espaços (Vázquez & Cerdan, 2018).

No contexto brasileiro, o rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 2015 no subdistrito de Bento Rodrigues, Mariana/MG, representa um exemplo emblemático de crime socioambiental de grandes proporções, perpetrado pelas empresas Samarco S.A., Vale S.A. e BHP Billiton. A tragédia gerou profundas consequências para a comunidade, incluindo problemas relacionados aos processos de reparação, o aprendizado forçado da linguagem jurídica, a perda de referências culturais e moradias, além do deslocamento forçado dos moradores, configurado como um processo de desterritorialização.

Entre os impactos emergentes, destaca-se o surgimento de uma nova identidade para as comunidades: a de “atingidos”, um conceito que se encontra em constante disputa narrativa. De um lado, o termo é utilizado pelas empresas em uma perspectiva patrimonialista (Vainer, 2008), citado por Santos (2015), associando “atingidos” apenas à perda de propriedade ou ainda à noção hídrica, como destaca Vainer (2008) citado por Santos (2015), cujo “atingido” é aquele que sofreu perdas relacionadas a inundações. Essa visão, entretanto, não considera os impactos indiretos para populações vizinhas, construindo uma perspectiva reducionista dos danos causados por grandes empreendimentos. Por outro lado, movimentos sociais, como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), ressignificam o termo, vinculando-o à luta por direitos e à resistência coletiva.

O rompimento da barragem resultou na liberação de cerca de 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos minerários, devastando completamente o subdistrito, hoje caracterizado como um sítio arqueológico a partir das ruínas remanescentes. Tal conjuntura desafia as iniciativas de preservação



patrimonial ao expor tensões entre memória, identidade e justiça social, revelando a complexidade da integração de experiências traumáticas ao discurso patrimonial contemporâneo.

Neste contexto, a pesquisa busca analisar as dinâmicas e tensões emergentes na relação entre a comunidade e as propostas de preservação patrimonial das ruínas do subdistrito. A partir da elaboração do *Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues*, que visa à construção de um museu de território, e das edições do jornal *A Sirene* (2016-2022), procura-se compreender como a entrega desse documento, percebido como uma iniciativa verticalizada pela comunidade, evidencia os conflitos e desafios que emergem da possibilidade de patrimonialização. Somatoriamente, discute-se de que maneira o turismo de memória pode contribuir para a ampliação das narrativas das comunidades sobre o crime.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, que de acordo González (2020), busca descrever, interpretar, compreender ou transformar situações sociais e educacionais problemáticas a partir das experiências dos atores sociais envolvidos. A revisão bibliográfica que fundamenta a investigação abrange temas como patrimônios sensíveis, turismo de memória, identidade, o conceito de "atingido" e memória coletiva, tópicos essenciais para a construção do arcabouço teórico nas áreas de turismo e patrimônio.

Para a análise dos dados, adotou-se o método de Análise de Conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011), que estrutura-se em três fases: 1) Pré-análise, que implica a seleção e organização dos materiais para investigação; 2) Exploração do material ou codificação, fase em que trechos relevantes são codificados para organizar o conteúdo em temas pertinentes; e 3) Categorização e 4) análise, onde os códigos são agrupados em categorias, facilitando a identificação de padrões e permitindo uma análise interpretativa



dos resultados. Conforme Bardin (2011), esse método possibilita identificar significados implícitos e estruturas de sentido, essencial para compreender as complexas questões que envolvem a memória e identidade dos “atingidos”.

Nesta pesquisa, a pró-análise envolveu a seleção de duas fontes documentais centrais: o Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues, criado a partir de um projeto de extensão, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenado pelo Prof. Dr. Leonardo Castriota e entregue à comunidade em 2019, e as primeiras 80 edições do jornal *A Sirene*. A escolha pelas 80 edições que se inserem no marco temporal entre 2016 e 2022, foi escolhida a fim de compreender as repercussões após a entrega do Dossiê. A escolha dessas fontes visa captar as narrativas e representações da memória do território no contexto pós-rompimento, em uma análise documental que, segundo Junior et al. (2021), busca captar, compreender e interpretar documentos heterogêneos, investigando o contexto, a autoria, autenticidade e confiabilidade dos materiais. A análise documental é justificada pela necessidade de entender as diferentes camadas sociais e relações de poder que esses documentos refletem, sobretudo ao lidar com temas de preservação da memória e identidade territorial.

Na etapa de codificação, os documentos foram fichados e analisados quanto a possíveis tensões e contradições nas narrativas, com base nas seguintes categorias predefinidas: a) processo de patrimonialização/tombamento; b) processos de reparação; e c) relatos sobre os desejos da comunidade. Complementando os dados, foram incluídas fotografias de mensagens deixadas pela comunidade no território de Bento Rodrigues após o rompimento, capturadas durante uma visita técnica em 24 de novembro de 2021, com autorização das autoridades locais e da Fundação Renova.



3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1. PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO E TOMBAMENTO: AS NARRATIVAS DO DOSSIÊ DE BENTO RODRIGUES E O JORNAL A SIRENE

O Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues surge como um desdobramento do crime e faz parte de uma demanda de parte da sociedade civil que acompanhou o desenrolar das ações após o crime. A partir de um projeto de extensão coordenado pelo professor Leonardo Barci Castriota no programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a iniciativa se deu a partir do momento em que o Conselho Municipal de Patrimônio de Mariana (COMPAT), “resolveu proteger pelo instituto de tombamento os remanescentes de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo” (Castriota, 2019, p. 13).

Tratava-se de uma proteção temporária e provisória que tinha como intuito impedir uma destruição mais abrangente. De acordo com Castriota (2019), naquele momento, e devido à rapidez da ação preventiva, não foram estabelecidas diretrizes e nem o objeto exato de preservação, o que serviu como justificativa para a elaboração do Dossiê. Para abordar o caso de Bento Rodrigues, Castriota (2019) ressalta que era necessário a preservação com base em valores, o que significava uma preservação a partir de uma perspectiva não tradicional e que não tinha como fundamento a preservação baseada na matéria, visto que o valor histórico ali, já não estava mais no material, nas edificações, nas ruas ou nas casas, “seria o próprio processo de transformação daquele sítio em referência cultural para a sociedade brasileira, através do qual ele passava a simbolizar um evento significativo na história brasileira” (Castriota, 2019, p.14).

Nesse sentido, a preservação se dá a partir dos valores que a sociedade atribui ao objeto a ser preservado. Essa perspectiva tem como fundamento a Carta de Burra, um documento doutrinário produzido pelo Conselho



Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) em 1999, que estabelece procedimentos específicos para a preservação do patrimônio cultural, desde a caracterização dos bens culturais até as ações de intervenção e valorização dos mesmos, baseada na identificação dos valores contidos na operação (Castriota, 2019). Em consonância com as diretrizes da Carta de Burra, um dos primeiros passos adotados pela equipe responsável pela elaboração do Dossiê foi a produção de um documento conhecido como Declaração de Significância, cujo objetivo é descrever o que é um lugar histórico e por que ele é importante. Segundo Castriota (2019, p.16), esse documento pode ser considerado uma espécie de síntese que contém todas as categorias de valor identificadas, usadas como um meio de se interpretar o território e propor estratégias de conservação e gestão. Ainda de acordo com o autor, o processo de atribuição de valor ao sítio de Bento Rodrigues foi realizado em estreito contato com a comunidade, sendo apresentada uma versão preliminar do documento no 1º Simpósio Científico do ICOMOS/Brasil, realizado em abril de 2017 na cidade de Belo Horizonte e posteriormente aos “atingidos” em Mariana para validação e aperfeiçoamento.

O Dossiê propõe então, a instalação de um museu de território após a sua proteção pelo tombamento que, segundo Castriota (2019, p.23), “permitiria que aquele sítio de memória se tornasse um sítio de consciência, que confrontasse ativamente o que ali se passou, ajudando a superar o trauma, estimulando uma reflexão ativa sobre as questões suscitadas pelo evento”.

De acordo com o Dossiê, as atividades para sua construção, foram realizadas a partir de dois grupos focais: grupo 01 em dezembro de 2016 e o grupo focal 02, em agosto de 2017. Ao longo do documento, encontram-se diversas passagens de entrevistas realizadas com os “atingidos”, entretanto, observar-se que na ficha técnica do documento, assim como nas logo das instituições que participaram do desenvolvimento do documento, não há menção aos “atingidos” e nem a Cáritas que atua como Assistência Técnica



Independente das comunidades, ou até mesmo menção a participação da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) ou ao movimento *Loucos por Bento*, composto por antigos moradores do subdistrito e que atuam ativamente pela memória do subdistrito.

Figura 1: Ficha técnica

| iii

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota

ALUNOS REDATORES

Anielle Kelly Vilela Freitas
Claudia Nunes de Lima e Andrade
Diva Maria Freire Figueiredo
Guilherme Maciel Araújo
Luciana Rocha Féres
Samantha de Oliveira Nery
Sonale Karla Cordeiro Santos
Teresa Cristina Guerra de Andrade
Vilmar Pereira de Sousa

COLABORAÇÃO ESPECIAL CAPÍTULO "HISTÓRIA E MEMÓRIA"

Prof. Dr. Kleverson Theodoro Lima

REVISÃO E FORMATAÇÃO

Samantha de Oliveira Nery
Anielle Kelly Vilela Freitas
Guilherme Maciel Araújo
Luciana Rocha Féres

ALUNOS COLABORADORES

Ana Beatriz Mascarenhas Pereira
Angélica Fernandes Azevedo
Beatriz Maria Fonseca Silva
Caroline Césari de Oliveira
Danielle Barroso Caldeira
Denise Capoani
Edson Fialho de Rezende
Eduardo Fajardo Soares
Fernanda Trindade de Carvalho
Isabel Nicoliello
Juliana Gomes Parreiras
Liliane Augusta Moreira
Luana Rodrigues Godinho Silveira
Lucas Rocha Salgado
Maria Cristina Alves Perreira
Taise Travassos Campos Dantes
Tatiane Pimentel Barbosa

ICOMOS – BRASIL

IEDS – INSTITUTO DE ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PPACPS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E
PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Fonte: Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues. (2019)

Figura 2: Logo das Instituições



Fonte: Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues. (2019)



Nesse sentido, infere-se aqui que, a participação da comunidade, no que tange a categoria a)processos de patrimonialização, aparece apenas como dispositivos para preenchimento de lacunas, tais como a visão dos mesmos sobre como era Bento antes do rompimento, ou da importância de determinados lugares para a comunidade, o que não significa que o processo de construção tenha sido realizado de fato com a participação de todos, visto, que ao longo do Dossiê não há registro do número de participantes, nem mesmo quem são os participantes, há apenas a nomenclatura “atingidos”, que também se insere como uma problemática, visto que, no Dossiê há o seguinte trecho:

Durante os primeiros anos de elaboração deste Dossiê a equipe escolheu chamar aos moradores de Bento Rodrigues de “atingidos”, respeitando o nome que eles próprios se deram ou que acolherem como próprio, característica que transmitia consigo mesma uma história: a história do rompimento da barragem, da perda de seus pertences, entre tantos outros significados. No entanto, no último grupo de encontro realizado com os bento-rodriguenses, uma das moradoras expressou que não quer mais ser chamada de “atingida”, porque não quer se sentir “como um animal marcado”, como “mais um número”, em alusão à possível pasteurização que este nome possa suscitar. Contudo, escolheu-se manter o nome “atingidos” no Dossiê pois este é o mais reconhecido e aceito pelos próprios moradores de Bento Rodrigues, tomando-se o cuidado de ressaltar que seu uso mantém o respeito à identidade de cada um dos moradores e não parte desta visão homogeneizante que deve ser evitada (Castriota, 2019, p. 14).

Tal problemática se insere na medida em que, na tentativa de uma não pasteurização, tal processo acaba por ocorrer, visto que a comunidade não é considerada para compor todos os processos de construção do Dossiê, levando em conta as singularidades que constituem os moradores e das articulações que poderiam vir a ser realizadas de forma coletiva, o que contribui para uma assimetria de poder, pois o Dossiê parece se articular de forma verticalizada, partindo do uso do relato das vítimas para a proposição



de algo que está intrinsecamente vinculado ao pertencimento dos mesmos ao território e à uma memória traumática coletiva.

Tal processo se agrava quando se observa que toda a construção parte de normativas, instituições, dentre outros elementos, que pouco tem a ver com a condição na qual as comunidades estavam inseridas naquele momento e que, ao longo dos anos, têm contribuído para o processo de apagamento, considerando que apesar do COMPAT ter realizado um tombamento prévio, o restante do processo para o tombamento das ruínas tal qual a comunidade gostaria que fosse realizado, segue sem atualizações.

De acordo com (Silva, 2023):

O processo de tombamento mobilizado pelas vítimas se estendeu por longos meses, sem nenhum resultado efetivo. Somente no ano de 2018, o tombamento estadual da Capela de Nossa Senhora das Mercês foi aprovado pela Deliberação CONEP 19/2018, de 17 de outubro de 2018, e inscrito nos Livros do Tombo II – de Belas Artes – e III – Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos. [...] Em relação ao tombamento municipal, nada foi efetivado, ainda se encontra em processo de avaliação, devido à complexidade que envolve o tombamento de um distrito inteiro, o que requer muita discussão. Esse processo revela disputas de poderes e quais instâncias tem autoridade para delimitar qual patrimônio deve ser protegido (Silva, 2023, p. 100).

Buscou-se averiguar os processos relacionados ao tombamento e a construção do museu de território, a partir das edições do jornal A Sirene - um veículo de comunicação que surge como principal meio de contato dos atingidos que, como consequência da queda da barragem, ficaram pulverizados pelos bairros da cidade de Mariana, o que se tornou um desafio para a comunidade que precisava se reconstruir a partir de uma nova realidade.

Por meio da leitura das edições do jornal, que em suas primeiras edições relatam a luta dos atingidos frente a todo o processo de reparação, na edição 41, de 2019, há uma sessão intitulada “Não seremos ouvidos sobre o futuro do nosso patrimônio?” no qual são expostos alguns questionamentos sobre o



processo de participação efetiva das vítimas na construção do Dossiê. Algumas falas são pertinentes para a discussão:

Há quase quatro anos aguardamos por esse tombamento. No entanto, a proposta assim como a que foi realizada pelo IEPHA, não foi construída em conjunto com a comunidade. Esses fatos são muito preocupantes, pois, como em tantos processos já vividos até o momento, resultam em novas violações aos direitos das comunidades atingidas. Este tombamento é uma ferramenta de proteção das marcas deixadas neste território em 5 de novembro de 2015. Mas não se pode ignorar quem nasceu e cresceu naquele local. É preciso existir diálogo e respeito por meio do seu envolvimento neste processo. Não se envolve ninguém com proposta construída em gabinete. Há anos, discutimos a necessidade de ser realizado um trabalho de educação patrimonial com as comunidades, algo que também não foi feito até o momento. Anteriormente, as mineradoras decidiram o futuro das comunidades abaixo de seu complexo sem qualquer questionamento se eles desejam aquele futuro. Hoje são os “aliados” que repetem esse processo, não dá mais (A Sirene, 2019, p. 11).

Estamos falando de uma proposta que trabalha diretamente a história, a memória e a identidade das comunidades atingidas. Dos que davam vida àquele território e, também falamos do maior desastre socioambiental desse país e um dos maiores do mundo relacionados à mineração. Ou seja, hoje, este território tem uma grande relevância mundial. No entanto, qualquer discussão quanto ao futuro deste território não pode ignorar os seus protagonistas. Fato que, até o momento, vem sendo ignorado. As discussões sobre este futuro acontecem afastadas do território e são feitas por quem sequer pisou nele (A Sirene, 2019, p. 11).

Com base nas outras edições do jornal, que abordavam a necessidade de preservação da memória de Bento Rodrigues é possível inferir que a problemática em torno do Dossiê não reside na oposição da comunidade à criação de um museu de território, mas sim na demanda pelo direito à autonomia nas decisões sobre a preservação. Além disso, após a entrega do Dossiê ao Ministério Público, outras preocupações emergiram como, por exemplo, o medo da perda do território. Segundo Maciel (2019), os Ministérios Estadual e Federal estariam negociando um acordo com as empresas responsáveis pelo crime – Samarco, Vale e BHP Billiton, a prefeitura de Mariana



e o governo de Minas – para desapropriar os imóveis do subdistrito. De acordo com a minuta do acordo, os órgãos propõem a desapropriação e o tombamento das ruínas de Bento Rodrigues para transformá-lo no museu de território.

É uma segunda perda, e essa de uma forma pior porque, se ela vier a acontecer, a gente sabe que nunca mais vamos ter aquilo de volta. E a gente corre um sério risco de nem poder frequentar lá mais como hoje. Pra mim está sendo até uma sensação pior do que o próprio dia do rompimento ", desabafa Mônica Santos, integrante da Comissão dos Atingidos de Bento Rodrigues. (Maciel, 2019, p.1)

Na edição 43 de novembro de 2019, há uma linha do tempo com as principais conquistas dos “atingidos” ao longo dos primeiros quatro anos de rompimento, e na linha de novembro de 2019, há destacado no mês de setembro a luta pela desapropriação:

Atingidos (as) se mobilizam contra a proposta de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) sobre patrimônio que previa a desapropriação das terras destruídas pelas empresas em Bento Rodrigues. Sob pressão, MP promete publicamente que enquanto as vítimas do crime da Samarco não estiverem reassentadas não haverá desapropriação e que a solução para a destinação do território será resultado de ação coletiva. (A Sirene, 2019, ed. 43, p. 7)

Nesse contexto, como já abordado, a concepção de um museu de território parece distante da realidade dos atingidos, que, mesmo após quase 9 anos, aguardam pelo reassentamento. É incontestável que o território se configura como um local de memória sensível, considerando os eventos ocorridos, e a criação de um museu, no sentido de preservar a memória, surgiria como uma opção que ampliaria as narrativas da comunidade. Entretanto, a complexidade reside em até que ponto ou de que maneira a autonomia no processo de preservação seria mantida.

3.2. PROCESSOS DE REPARAÇÃO, NOVAS PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES PARA BENTO RODRIGUES



No ano seguinte ao rompimento da barragem de Fundão, a mineradora Samarco iniciou as obras do dique S4 no território de Bento Rodrigues. A empresa alegou que a obra era emergencial para conter os rejeitos, necessitando alagar uma área já impactada.

Esse episódio corrobora para a compreensão de um apagamento proposital em relação ao crime, considerando que a comunidade desde o início se posicionou contra a medida. Para além da sobreposição das águas em terrenos particulares, o dique S4 também cobriria o muro de pedras que remontam parte da história do subdistrito, datados do século XVII e XVIII, e que possui enorme valor arqueológico.

É possível até mesmo deduzir que nada foi por acaso, e que a construção do dique S4 é uma tentativa de pôr fim em algo que começou há tempos. Começaram comprando tudo o que estava a nossa volta, nos deixaram cercados. Sabíamos quem tinha o domínio territorial da região. Nos tornamos um empecilho para as empresas, que só não encontraram uma maneira de comprar a vida das pessoas [...]. O dique S4 é só mais uma estratégia das várias que a empresa vem adotando para usar o Bento como fonte de lucro. O que querem de fato é construir uma enorme barragem de rejeitos no futuro (A Sirene, p. 16, ed. 7, 2016).

Diante dessa problemática, explorar uma abordagem alternativa para o caso de Bento Rodrigues alinha-se com as discussões sobre a Nova Museologia, que surgiram na década de 1970 e 1980, posteriormente evoluindo para o campo disciplinar da Museologia Social/Sociomuseologia. Essas reflexões emergiram a partir da Declaração de Quebec de 1972, que enfatiza a construção, em contextos específicos, de uma museologia não normativa, apresentando abordagens singulares para problemas igualmente singulares e que, acima de tudo, pressupõem explicitamente valores políticos e poéticos (Chagas, et al., 2018).

A discussão efervescente dos anos 70 e 80 sobre os museus, nasce de uma vontade de se olhar o mesmo como uma instituição social com agendas



políticas. No Brasil, segundo Chagas et al. (2018), três museus podem ser lidos como referência da emergência da nova forma de se fazer e pensar os museus, são eles: o Museu de Imagens do Consciente, o Museu do Índio e o Museu da Arte Negra. Cada um, à sua maneira, busca evidenciar as diferentes experiências de imaginação criativa de(s)colonial, não alinhadas aos museus clássicos tradicionais. Assim sendo, a construção de museus de caráter social que possuem em sua gênese a singularidade de comunidades que se encontram em constante contexto de luta e reivindicação, passam a assumir uma perspectiva decolonial, em uma perspectiva na qual a preservação do patrimônio tem como princípio a sua autonomia. Transformar o modo como produzimos nossas subjetividades implica conceber e atuar a partir de epistemologias fronteiriças - formas distintas de nomear a realidade, que já não partem do centro do paradigma hegemônico, mas dos lugares que se relegou a margem (Siqueira, 2020).

O Museu das Remoções, uma iniciativa desenvolvida por moradores, apoiadores e amigos da Vila Autódromo (RJ), é, a partir da perspectiva de museus sociais, um exemplo de transformação da ação violenta da prefeitura do Rio de Janeiro, assim como as mineradoras são para Bento Rodrigues, em uma ação política que utiliza o espaço físico destruído em narrativa de resistência. No ano de 2016, a prefeitura do Rio, atendendo aos interesses de poderosas empreiteiras, decidiu remover um equivalente a mais de 600 famílias da Vila Autódromo em nome do grande capital e de um megaevento: as Olimpíadas (Chagas, et al., 2018). O processo de remoção envolveu muita luta, sangue e disputa, o que culminou na resistência de 20 famílias que inventaram novas possibilidades de estar no mundo: o Museu das Remoções, criado por uma comunidade popular que enfrentou o poder destruidor do poder público e descobriu na luta o seu próprio poder e chamou para si a tarefa e a responsabilidade de contar a história das remoções a partir da perspectiva das vítimas pelas políticas de remoções. O lema do Museu: “Memória não se remove”, passou a ser a chave de todas as ações, projetos



e encaminhamentos (Chagas et al, 2018, p. 94). Entre janeiro e fevereiro de 2016, organizou-se um grupo de quefazeres visando a criação do Museu das Remoções, a partir dos escombros das casas destruídas, dos registros documentais e das memórias da Vila Autódromo (Chagas et al, 2018).

Figura 3: Vila Autódromo. Existe! Resiste!



Fonte: Museu das Remoções. (S/D)

Figura 4: Memória não se remove



Fonte: Museu das Remoções. (S/D)

A partir da aproximação dos eventos ocorridos na Vila do Autódromo, as mensagens deixadas pela comunidade de Bento Rodrigues em seu território de Origem constituem-se por si só, um acervo (Figuras 5, 6, 7 e 8) que propõem uma narrativa sobre o crime que independe de um órgão gestor da memória para existir:

Figura 5: Para que nunca se esqueça



Fonte: Acervo pessoal. (2021)

Figura 6: Samarco queria nos matar, mas Jesus nos salvou



5

Fonte: Acervo pessoal. (2021)

Figura 7: Essa marcou nossas vidas



Fonte: Acervo pessoal. (2021)

Figura 8: Esse território pertence ao povo



Fonte: Acervo pessoal. (2021)

Levando em consideração que, ao longo dos últimos 9 anos, as comunidades têm enfrentado grande dificuldades, incluindo falta de acesso à saúde, intoxicações por água, poeira excessiva, informações errôneas, dentre outros processos de assimetria de poder, e que ainda hoje a entrega dos reassentamentos coletivos não foi totalmente efetivado, no que tange a categoria b) processos de reparação e novas possibilidades, observa-se que há uma tentativa de apagamento sobre o crime pela própria Instituição que deveria reparar os danos causados à comunidade e que o território hoje, é um espaço voltado para a resistência frente aos processos de silenciamento.

3.3. DESEJOS DA COMUNIDADE E AS POSSIBILIDADES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM TURISMO DE MEMÓRIA

De acordo com Vázquez (2017), o turismo de memória é uma atividade que combina o desenvolvimento territorial com a difusão de um discurso memorial, muitas vezes advindo das próprias demandas da sociedade civil. Diferentemente de outros tipos de turismo, tais como o thanaturismo e turismo dark, o turismo de memória tem como principal objetivo a transmissão de valores éticos e se desenvolve por meio de atividades de cunho pedagógico com o objetivo de, a partir de determinado acontecimento histórico, propor a reflexão por parte do visitante.

No contexto internacional, o turismo de memória está muito ligado a ações de políticas públicas, fomentando o discurso memorial por meio de processos de institucionalização dos lugares de memória com o objetivo de promover desenvolvimento econômico em regiões que estão fora do arcabouço de destinos mais turistificados, mas para além disso, como aponta Hertzog (2012), é necessária a distinção de um turismo exclusivo para visitantes de um turismo que respeite os testemunhos daqueles cujo o território está vinculado à uma memória traumática, haja vista que o conceito de turismo de memória surge inicialmente na França, a partir das peregrinações nos campos de batalhas no contexto da Primeira e Segunda Guerra Mundial como forma de saudação e respeito às vítimas.

Nesse sentido, pensar um turismo de memória para Bento Rodrigues parte da compreensão de que se trata de um discurso vinculado à dor, à perda de referenciais, ao processo de desterritorialização e que necessita, da compreensão por parte do visitante de que aquele espaço representa por si só as consequências de um crime, mas também representa a própria relação de afeto da comunidade com o território destruído, o que corrobora com a compreensão de Vázquez (2017), ao enfatizar que a mensagem ética como foco primordial do turismo de memória está a sua capacidade de contribuir contra discursos negacionistas, como o Holocausto, por exemplo ou na busca pela memória democrática.



Uma aposta para tal modalidade, no sentido pedagógico seria a construção de atividades, como oficinas voltadas para o patrimônio ou roteiros sensoriais guiados pelos próprios moradores, que visem a construção do discurso de resistência, não somente sobre a dor, mas principalmente sobre o que vem no contexto de pós-rompimento. Tal processo pode contribuir para uma autonomia em relação às narrativas na medida em que o sujeito, inserido no contexto de nomeação daquilo que lhe faz sentido e daquilo que queira rememorar, transforma o espaço destruído em um espaço de luta política.

No ano de 2016, iniciou-se o processo de tombamento de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo como núcleos históricos de Mariana. De acordo com um trecho retirado do Jornal A Sirene:

Tombar é uma medida que visa preservar algo que tem importância para uma sociedade, e no nosso caso o tombamento tem duas finalidades. Ele ajudará a conservar o que restou da vida que tínhamos nesses lugares, pois mesmo morando no “Novo Bento” ou na “Nova Paracatu”, utilizaremos os espaços de Bento e Paracatu como fazíamos no passado. Ainda poderemos frequentar as Igrejas, nadar nas cachoeiras e enterrar nossos entes queridos, enfim nós é que decidiremos quais finalidade terão as áreas tombadas. O tombamento ajudará também a transformar Bento e Paracatu em espaços de visitação turística e de reflexão sobre as nossas histórias (o que fomos e o que queremos ser) e sobre a tragédia que sobre nós se abateu naquele triste dia 05 de novembro de 2015” (Mônica dos Santos, Jornal A Sirene, p. 22, ed. 8, 2016).

A partir do trecho apresentado acima, é possível inferir que, a atividade de turismo de memória pode vir a ser uma alternativa para as comunidades na medida em que já se existe o desejo de construção de uma narrativa memorial e de reflexão a partir da visitação turística.

Dentre as principais dificuldades para que uma política pública nesse sentido seja efetivada, está a própria falta de interesse da prefeitura de Mariana, por meio do COMPAT, visto que apenas a Capela das Mercês foi tombada no ano de 2018, conforme apresentado por Silva (2023) em tópico anterior. Para além disso, há ainda as tentativas da Fundação Renova de



promover um turismo dark, por meio do Programa ‘Vim Ver’, nos territórios atingidos, transformando a narrativa sobre o crime, conforme apresentado no trecho:

A Renova/Samarco, ao invés de reparar os danos que sofremos, vem causando violações ainda maiores. Eu, então pergunto, como tive a oportunidade de questionar o Roberto Waack (Presidente da Fundação Renova) durante reunião realizada no dia 4 de maio, em que ele nos disse que que esse não é um projeto voltado inteiramente para o turismo, que é um projeto que vai levar estudantes, pesquisadores e aquela conversa de sempre, mas que na verdade, vemos como um “turismo da desgraça”. Assim, somos enfáticos em dizer que nada que diz respeito às nossas comunidades pode ser feito sem a participação direta dos (das) atingidos (as). Isso que estão fazendo está nos ferindo de morte. Estamos resistindo e lutando pelo tombamento dos nossos espaços, porque acreditamos que é isso que vai resguardar que esse território continue pertencendo a quem é de direito. E que não se enganem, pois na versão do bandido, ele sempre é a vítima”. (Mauro da Silva, A Sirene, p. 3, ed. 27, 2018)

Ao longo dos últimos anos, a comunidade tem efetivado à sua maneira, os próprios meios de rememoração e de preservação do subdistrito. Tal processo pode ser observado a partir da permanência das tradições e do processo de reocupação de Bento Origem, apesar das tentativas da Fundação Renova em inviabilizar os acessos da comunidade ao território. As festas tradicionais de São Bento e das Mercês, junto ao processo de tombamento da Igreja tem contribuído para que a memória de Bento permaneça viva:

Voltar significa resistência, além de demonstrar que gostamos daqui. Bento Rodrigues é o lugar onde planejamos viver. Eu peço a Deus para viver muitos dias depois que o reassentamento acontecer. Quero ver onde vamos chegar. Se não frequentássemos aqui, desde o início, eles teriam feito o que quisessem com o lugar. O Ministério Público e até as empresas sabem que tem um número significativo de pessoas que não desejam que Bento seja deixado de lado. Então, a nossa permanência



e a nossa volta são para mostrar resistência. Vamos continuar celebrando as festividades em Bento Rodrigues. (Marcos Muniz, Jornal A Sirene, p. 15, ed. 38, 2019).

Nesse sentido, de acordo com a categoria c) relatos sobre os desejos da comunidade, o que se observa é que há, desde o momento do rompimento, o desejo de manter viva as tradições, os modos de vida rurais, a união entre a própria comunidade e ainda o desejo por uma reparação justa, que segue sendo um crime continuado, tendo em vista que já se passaram 9 anos e nem mesmo o reassentamento foi entregue efetivamente. Contudo, é importante frisar que mesmo diante das adversidades, a comunidade tem se transformado politicamente e se posicionado contra àqueles que insistem em sistematicamente em produzir nos cotidianos políticas de apagamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos objetivos e dados levantados nesta pesquisa, conclui-se que o turismo de memória, enquanto uma atividade de valores cívicos, de rememoração e de confronto com o passado e de inconformismo político, só será possível, a partir de ações propostas pela própria comunidade, tal qual a comunidade da Vila Autódromo, seja a partir de um ecomuseu, sejam atividades de cunho pedagógico que proponham a reflexão sobre a memória do território, etc.

A possibilidade de um turismo de memória enquanto política pública de valorização do território no sentido governamental, como ressaltam alguns autores, foge a realidade da comunidade, na medida em que se observa que os processos que contribuiriam para uma maior autonomia dos mesmos, encontram-se dentro de parâmetros burocráticos e que evidenciam o pacto estabelecido entre os governos e as mineradoras, haja vista que a empresa Samarco teve reinício de suas operações no ano de 2020 e que, no ano de



2024, a justiça o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), de acordo com o jornal CNNi, absolveu as empresas Vale, Samarco e BHP Billiton, alegando “ausência de provas suficientes para estabelecer responsabilidade criminal direta e individual de cada réu envolvido no caso”, mesmo com o início do julgamento da BHP Billiton, na corte internacional de Londres.

Em relação ao Dossiê, a propostaposta de forma verticalizada, contribuiu para a compreensão de que a autonomia das decisões sobre a vida da comunidade, continua sendo colocada em xeque ao não inserir a narrativa deles em seu processo de construção, o que afeta diretamente no direito ao território, pauta essa que tem sido reivindicada desde o acontecimento do crime em 2015 e que tem sido alvo de grandes disputas pelas vítimas em contraponto às mineradoras que hoje são as principais mediadoras por trás da Fundação Renova.

Apesar da destruição e dos vestígios que cercam Bento Origem, o local é um lugar de memória que ainda se constitui como território tendo em vista que a comunidade produz e reproduz sua cultura se reapropriando do espaço sensível, como ocorre anualmente na Festa de Bento Rodrigues, padroeiro do subdistrito.

Concomitantemente, as decisões sobre a preservação, observa-se que só serão possíveis a partir do reassentamento. Muito do que se tem da luta dos atingidos até o momento, após quase 9 anos da queda da barragem, é justamente o direito de voltarem a ter suas vidas de forma digna, sem reuniões, assembleias, entrevistas e sem a necessidade de lutar pelo mínimo de direito que lhes foi tirado.

Dentre as limitações da pesquisa, encontra-se a necessidade de um diálogo mais aprofundado com a comunidade no que tange aos próprios meios de rememoração e resistência em Bento Origem. Não obstante, buscou-se contribuir para a ampliação do diálogo sobre novas propostas de preservação para a comunidade de Bento que façam sentido com a realidade vivida, respeitando de forma primordial a autonomia das vítimas.



Compreende-se que tal discussão está longe de um ponto final, entretanto pode se transformar em um ponto pé inicial afim de fomentar trabalhos futuros no âmbito do turismo de memória e a relação entre turismo e patrimônio no contexto de memórias traumáticas e patrimônios sensíveis no Brasil.

Dito isso, não se exime aqui a necessidade ou melhor, a possibilidade de criação de um museu de território, de consciência e de caráter sensível, ressalta-se que esta vontade, as narrativas, o que deve ser preservado e mais do que isso, a preservação da memória, tem que partir, em primeiro lugar, daqueles que são os únicos que deveriam falar sobre si mesmos: os “atingidos”.

Figura 9: Loucos por Bento



Fonte: Daniel Camargos, Revista Piauí. (2017)

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trads.). Edições 70. (Título original: *L'analyse de contenu*).
- Castriota, L. (2019). Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues. <https://issuu.com/patrimonioculturalmpmg/docs/bentorodriguesdossietombamento>
- Chagas, M., Primo, J., Storino, C., & Assunção, P. (2018). A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. *Cadernos De Sociomuseologia*, 55(11). <https://doi.org/10.36572/csm.2018.vol.55.03>

González, F. E. (2020). Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 8(17), 155–183. <https://doi.org/10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.322>

González Vázquez, D., & Mundet i Cerdan, L. (2018). Lugares de memória traumática e turismo: paradigmas analíticos e problemáticas. *Investigaciones Turísticas*, 16, 108–126. <http://dx.doi.org/10.14198/>

Hertzog, A. (2012). Tourisme de mémoire et imaginaire touristique des champs de bataille. *Via [En ligne]*, 1. <https://doi.org/10.4000/viatourism.1276>

Jornal A Sirene. (2016). Edição 7. https://issuu.com/jornalasirene/docs/sireneoutubro_issu

Jornal A Sirene. (2016). Edição 8. https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed9_novembro_issu

Jornal A Sirene. (2018). Edição 27. https://issuu.com/jornalasirene/docs/junho_2018_issuu

Jornal A Sirene. (2019). Edição 38. https://issuu.com/jornalasirene/docs/maio_2018_issue

Jornal A Sirene. (2019). Edição 41. https://issuu.com/jornalasirene/docs/setembro_2019_issuu

Jornal A Sirene. (2019). Edição 43. https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi_o_43_novembro_issu

Lefort, I., & Chevalier, D. (2021). Quand le tourisme actualise les mémoires : des actes géopolitiques, des géopolitiques en actes. *Via*, (19). <https://doi.org/10.4000/viatourism.6894>

Lima, M. (2018). História, patrimônio e memória sensível: O Cais do Valongo no Rio de Janeiro. *Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História*, 15(26), 98–111. <https://doi.org/10.18817/ot.v15i26.657>

Maciel, A. (2019). Proposta de desapropriação surpreende moradores de Mariana. *A Pública*. <https://apublica.org/2019/09/proposta-de-desapropriacao-surpreende-moradores-de-mariana>

Marchi, M. D. (2019). Memória e sofrimento: A questão dos lugares. *Cadernos do NUPPOME*, 1(1). <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/files/2019/04/Cadernos-do-NUPPOME-ano-1-n-1-abril-de-2019.pdf>



Navajas Corral, O. (2024). Tristes guerras. Distopía y empatía en el turismo de memoria traumática. *Investigaciones Turísticas*(27), pp. 224-242. <https://doi.org/10.14198/INTURI.24963>

Ogawa, M. R. A., & Moreira, A. N. (2020). Como trabalhar com a educação patrimonial produzida nos museus e em outros espaços? Uma experiência entre o Memorial da Resistência de São Paulo e o curso pré-universitário popular UP, Capão do Leão-RS. *História Em Revista*, 25(2). <https://doi.org/10.15210/hr.v25i2.20165>

Pinheiro, A. L., & Chemin, M. (2022). “Incômodo e assustador”: Visitação e experiência no Museu da Loucura de Barbacena - MG (Brasil). *Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo*, 16, 2634. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2634>

Santos, M. C. dos. (2015). O conceito de “atingido” por barragens: Direitos humanos e cidadania. *Revista Direito E Práxis*, 6(2), 113–140. <https://doi.org/10.12957/dep.2015.12698>

Sartori, A. (2022). Conceito de Memória: Perspectivas Teóricas nas Pesquisas em Turismo. *Turismo E Sociedade*, 15(1), 19–36. <https://doi.org/10.5380/ts.v15i1.81389>

Silva, A. F. (2023). Bento Rodrigues e as memórias que a lama não apagou: Emoções patrimoniais na (re)construção das identidades no contexto pós-desastre. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. https://www.unirio.br/ppg-pmus/andre_fabricio_silva.pdf

Siqueira, C. B. P. (2019). Bento Rodrigues: Memória de um povoado destruído pela lama. *Revista Miquel*, 1(1). <https://doi.org/10.17771/PUCRio.MIGUEL.46045>

Vásquez, D. G. (2017). El turismo de memoria y las implicaciones de la frontera: una aproximación teórica desde los Pirineos. *Polítiques memorials, fronteres i turisme de memòria*, 41. <https://doi.org/10.17345/9788484246077>

ⁱVer em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/justica-absolve-vale-samarco-e-bhp-pelo-rompimento-de-barragem-em-mariana/>

